

**ATA DA 6ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA EMPRESA DE
PESQUISA ENERGÉTICA - CONCEPE
REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2010**

Preâmbulo. Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dez, às dez horas, no Escritório da Empresa de Pesquisa Energética, localizado na Avenida Rio Branco, nº 1, Centro, Rio de Janeiro, RJ, reuniu-se o **Conselho Consultivo da Empresa de Pesquisa Energética – CONCEPE**, instituído na forma da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e do Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, constituído nos termos da Portaria nº 333, de 05 de dezembro de 2007, do Ministro de Estado de Minas e Energia, e convocado pelo seu Presidente. Estiveram presentes os membros do Conselho Consultivo, os Senhores **CESAR WEINSCHENCK FARIA, CHARLES LENZI, FERNANDO ZANCAN, GEOBERTO ESPIRITO SANTO, JOAQUIM GUEDES COELHO FILHO, LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES e LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA**. Participaram da reunião pela EPE, o seu presidente **MAURICIO T. TOLMASQUIM** e os diretores **AMILCAR GONÇALVES GUERREIRO, IBANÊS CÉSAR CÁSEL, ELSON RONALDO NUNES e JOSÉ CARLOS DE MIRANDA FARIAS**; participaram, ainda, como convidados, **DEMÓSTENES BARBOSA DA SILVA, PEDRO BARA NETO (WWF) e EDMUNDO ALFREDO POCHMANN DA SILVA**, Assessor da ABRAGET.

Abertura. A reunião foi aberta por **LUIZ CARLOS SILVEIRA GUIMARÃES**, que agradeceu a presença dos integrantes do Conselho e informou que saiu da presidência da ABRADÉE – Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica, deixando de integrar, portanto, o **Conselho Consultivo da Empresa de Pesquisa Energética – CONCEPE**. **LUIZ CARLOS** agradeceu a colaboração dos integrantes do Conselho e passou a palavra ao vice-presidente do **CONCEPE - LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA** que passa a exercer a Presidência. Para **LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA** substituir **LUIZ CARLOS** é sempre difícil, pois ele tem um carisma todo especial e é um baluarte do setor elétrico. **LUIZ FERNANDO** assume a presidência até o próximo ano quando sair Portaria do Ministério de Minas e Energia definindo os novos componentes do **CONCEPE**. **MAURICIO TOLMASQUIM** afirmou que **LUIZ CARLOS** é uma Instituição no setor elétrico e agradeceu o empenho dele para dar um dinamismo ao **CONCEPE**.

O **Presidente LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA**, em seguida, indicou a mim, **DENILVO MORAIS**, para secretariar a reunião, em observância ao disposto no art. 6º e parágrafo único, da Portaria MME nº 333/2007. Na sequência, apresentou a pauta da reunião, já enviada aos membros do



Conselho, constituída dos seguintes itens: **(1)** Abatimento das emissões relacionadas à produção e ao uso da energia no Brasil até 2020 - Mauricio Tolmasquim - Presidente da EPE; **(2)** Metodologia e ferramenta de apoio ao aproveitamento sustentável do potencial hidroelétrico da Amazônia - Dr. Pedro Bara Neto - WWF e BASE Energia Sustentável; e **(3)** Outros Assuntos.

O Presidente LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA solicitou a inversão da pauta para que os debates fossem iniciados pelo item **(2)** Metodologia e ferramenta de apoio ao aproveitamento sustentável do potencial hidroelétrico da Amazônia - Dr. Pedro Bara Neto - WWF e BASE Energia Sustentável, o que foi aceito por todos.

Iniciou-se, então, a apreciação dos assuntos da pauta:

1) Metodologia e ferramenta de apoio ao aproveitamento sustentável do potencial hidroelétrico da Amazônia - Dr. Pedro Bara Neto - WWF e BASE Energia Sustentável. **O Presidente LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA** convidou **DEMÓSTENES BARBOSA DA SILVA** para fazer uso da palavra. **DEMÓSTENES** ressaltou que há alguns meses nós do setor elétrico compartilhamos as relações conflituosas e processos amplos de questionamentos com a área ambiental, que muitas vezes pode atrapalhar o processo. Informou que recebeu um convite da WWF para mediar esta relação, nesse processo decisório. O Pedro é líder da WWF para essa iniciativa. A WWF tem se posicionado em relação à geração hidro na Amazônia de forma bastante racional. A WWF traz uma Metodologia que pode pacificar essa relação. Agradecemos ao **LUIZ CARLOS** para que este tema pudesse ser inserido na pauta; agradecemos também ao **MAURICIO TOLMASQUIM** e ao **AMILCAR** pela receptividade. **DEMÓSTENES** passou a palavra a **PEDRO BARA NETO**, que iniciou sua apresentação intitulada: Hidroeletricidade na Amazônia: é possível estabelecer um diálogo? O conteúdo da apresentação foi dividido inicialmente em: a) buscando alternativas à hidroeletricidade na Amazônia; b) as limitações de informações sobre a diversidade biológica da Amazônia e o uso de substitutos e c) HIS-ARA - uma ferramenta para tomada de decisão: avaliação de risco e identificação de bacias prioritárias para a conservação. A apresentação completa está anexa a esta ATA. **PEDRO BARA NETO** apresenta um Estudo de Caso feito no Rio Madre de Deus, um afluente do rio Amazonas, que faz divisa entre o Peru e a Bolívia. Com esse estudo se alimentou o banco de dados com as informações de aproximadamente 40.000 microbacias e com essa metodologia se chegou à heterogeneidade da paisagem terrestre. O risco terrestre é o risco de desmatamento. O risco aquático foi feito para várias áreas: Metodologia aplicada no Peru. Esses dados foram cruzados com os estudos da Agência Nacional de Águas – ANA e se chegou com a mesma configuração de riscos terrestres e aquáticos. O HIS-ARA é uma ferramenta para negociação e tomada de decisão, não é uma solução pronta; é uma plataforma para



avaliação estratégica da bacia amazônica (impactos cumulativos e não “caso a caso”); não é uma caixa-preta: outras variáveis e informações relevantes podem ser incluídas. **MAURICIO TOLMASQUIM** afirmou que essa ferramenta é um grande avanço e questionou como podemos adequá-la a nossa realidade. Para **DEMÓSTENES** esses estudos são complementares aos estudos de Avaliação Ambiental Integrada. **FERNANDO ZANCAN** questionou se a partir desta análise poderíamos ter como resultado um reservatório maior nas Usinas Hidrelétricas. **DEMÓSTENES** afirmou que na reunião realizada com o **AMILCAR** entendeu-se que deveria ser feito um estudo de caso no país, a exemplo do Rio Madre de Deus no Peru. O **Presidente LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA** perguntou quando deveríamos envolver o Ministério do Meio Ambiente - MMA no debate. Para **DEMÓSTENES** a ideia inicial é dialogar com quem pensa a Expansão do Sistema Elétrico. A ministra do Meio Ambiente tem conhecimento do projeto, mas o IBAMA ainda não. Para **TOLMASQUIM** qualquer processo só tem sentido se envolver o MMA. **PEDRO BARA NETO** disse que estão tomando muito cuidado para tratar essas questões. Primeiro precisamos ter a compreensão do setor elétrico para depois procurar o setor ambiental. O presidente da EPE **MAURICIO TOLMASQUIM** afirmou que primeiro é necessário ter maior segurança técnica sobre o Modelo. Para o **Presidente do Conselho LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA** primeiro é necessário conhecer a ferramenta pelas áreas técnicas do setor, a exemplo do que conversamos com o **AMILCAR**. **TOLMASQUIM** sugeriu o agendamento de novas reuniões técnicas com o **AMILCAR**. Para **DEMÓSTENES**, depois de aferida, a ferramenta deverá ser balizada para decisão dos futuros gestores. E solicitamos que avance o entrosamento entre as áreas técnicas.

2) Abatimento das emissões relacionadas à produção e ao uso da energia no Brasil até 2020 - Mauricio Tolmasquim - Presidente da EPE. O **Presidente do Conselho LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA** passou a palavra ao presidente da EPE. **MAURICIO TOLMASQUIM** afirmou que na COP 15 foi solicitado para apresentar a proposta de Energia e posteriormente as metas setoriais. **TOLMASQUIM** iniciou a apresentação, cuja íntegra está anexa a esta **ATA**, dividindo-a em quatro pontos: **a. Contextualização das emissões antrópicas brasileiras** de gases de efeito estufa (GEE), onde afirmou que com base nos dados de 2009, 47% da nossa matriz energética é renovável e no caso da energia elétrica, cerca de 90% da energia consumida provem de fontes renováveis. São condições diferenciais que remetem ao desafio de manter esta elevada participação de renováveis na matriz energética de modo a evitar o crescimento das emissões por unidade de energia consumida ou por unidade do PIB; **b. Contextualização do plano setorial de energia** de mitigação das emissões antrópicas de (GEE). Com relação às mudanças climáticas, em especial no que diz respeito às emissões de GEE, o setor de energia no Brasil é um caso particular porque já há um plano setorial orientando a oferta de energia (PDE). De acordo com a classificação do IPCC, o PDE pode ser



reconhecido como um cenário de mitigação ou de intervenção porque incorpora meta específica de emissões de CO₂-eq, compreende, explícita e implicitamente, políticas e medidas no sentido de viabilizar o atingimento dessa meta; **c.** Apresentou **Metodologia e hipóteses básicas** adotadas na avaliação da contribuição para o PNMC das medidas de mitigação de emissões antrópicas de GEE constantes no plano setorial de energia; e **d.** A **Identificação e quantificação** das medidas de mitigação das emissões antrópicas de GEE contempladas no plano setorial de energia, tais como a expansão da oferta de renováveis na produção de energia elétrica e de combustíveis líquidos renováveis, bem como, o incremento da eficiência energética. **TOLMASQUIM** concluiu que a meta do setor é chegar em 2020 com a mesma intensidade de 2005. O cenário do Plano Decenal 2020 é o cenário de abatimento das emissões antrópicas relacionadas à produção e ao uso da energia no Brasil em 2020. **O Presidente do Conselho LUIZ FERNANDO LEONE VIANNA** arguiu Tolmasquim como assegurar as metas na geração, na medida em que o planejamento é indicativo. **TOLMASQUIM** afirmou que isto é válido também para os outros setores. Não existe garantia total, o que existe são ações de Governo. **EDMUNDO ALFREDO POCHMANN DA SILVA**, Assessor da ABRAGET, informou que os governos estaduais estão legislando sobre a quantidade de emissões e citou como exemplos os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. **GEOBERTO ESPIRITO SANTO** questionou se a iniciativa privada já está inserida no Plano. **TOLMASQUIM** respondeu afirmando que no Plano Decenal quem viabiliza a maior parte dos empreendimentos é a iniciativa privada. **FERNANDO ZANCAN** reafirmou que o cenário do Plano Decenal de Expansão de Energia está aderente às metas que foram comprometidas pelo Governo Brasileiro em Copenhague.

Encerramento. Nada mais havendo a tratar, **o Presidente do CONCEPE** agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual eu, **DENILVO MORAIS**, lavrei a presente Ata.



Denilvo Morais
Secretário